

SENADO OUVI DILMA. OPOSIÇÃO QUER DISCUTIR CARTÕES

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, será ouvida amanhã, às 10h, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Oficialmente, ela foi convidada para

falar sobre obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas senadores oposicionistas devem aproveitar a ocasião para questioná-la a respeito

da elaboração e do vazamento de um dossiê com informações sigilosas sobre gastos com cartões do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. **Página 4**



José Cruz/ABr

Oficialmente, tema do convite a Dilma é o Programa de Aceleração do Crescimento

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIV – Nº 2.797 – Brasília, terça-feira, 6 de maio de 2008

Gerardo Fábio Rodrigues Pazzeborn/ABr



Serys (com o ministro Paulo Bernardo) quer recolher subsídios para seu relatório

Comissão inicia por Cuiabá debate nacional sobre LDO

Os mato-grossenses poderão apresentar na quinta-feira suas sugestões de obras e programas para o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do governo federal para 2009. Como o próprio nome diz, a LDO orienta o governo sobre como fazer o Orçamento para o ano seguinte.

A relatora da proposta, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), e o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), receberão as sugestões durante audiência pública na Assembléia Legislativa, em Cuiabá, a partir das 14h. Qualquer pessoa poderá participar da audiência.

Na reunião, Serys Slhessarenko irá esclarecer pontos do projeto enviado pelo

governo ao Congresso. Assessores da Comissão de Orçamento irão anotar as sugestões, as quais poderão constar da própria LDO ou do projeto da lei de orçamento para o ano que vem, a ser debatido pelo Congresso no segundo semestre.

Debate

Essa será a primeira audiência pública para debater a LDO com a população – a segunda será em Curitiba, no dia 12. Até então, tais audiências eram realizadas somente durante a discussão do projeto do Orçamento e, nos últimos anos, centenas de sugestões dos estados foram incorporadas à lei orçamentária. Serys é a primeira relatora a levar às capitais a discussão do projeto que orienta a feitura do Orçamento.

Garibaldi reúne líderes hoje e tenta desobstruir pauta

Mesmo com a ordem do dia obstruída por medidas provisórias, presidente do Senado acredita que semana terá muitas votações

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, busca hoje um acordo com os líderes partidários que permita a desobstrução da pauta de votações do Plenário, trancada por duas medidas provisórias (MPs) que tratam da abertura de créditos extraordinários para órgãos do Poder Executivo. Mais sete MPs devem ser lidas e, a partir da leitura, podem obstruir outras votações caso não sejam prontamente analisadas.

Página 3



Gerardo Magela

Garibaldi pretende votar correção no projeto que distribui recursos para a saúde

Eleição direta para diretor de escola pública

Comissão de Educação examina projeto que inclui eleições diretas em escolas públicas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). **Página 3**

Criação de fundo para ciência e tecnologia

Projeto na CCT pretende estimular pesquisa em faculdade privada. **Página 3**



Ano Cultural do Senado terá arte e comemorações

Mostras, programas de rádio e TV estão entre os eventos que transformarão 2008 no Ano Cultural da Casa. Garibaldi recebe proposta hoje. **Página 2**

Garibaldi Alves recebe hoje de senadores e funcionários proposta-base de eventos a serem realizados até dezembro

Senado transforma 2008 em ano cultural

Transformar 2008 no Ano Cultural do Senado Federal foi a tarefa que uma comissão de funcionários da Casa – coordenada pelos senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Marco Maciel (DEM-PE) – recebeu do presidente Garibaldi Alves. Hoje, ao meio-dia, senadores e servidores apresentarão, na Presidência, uma proposta-base de eventos a serem realizados até dezembro.

Além do lançamento oficial da programação, será apresentado o selo com a logomarca do Ano Cultural e o vídeo *Manuel Bandeira: 40 anos de ausência*, preparado pela TV Senado.

A programação do Ano Cultu-



ral inclui programas e reportagens especiais de rádio e televisão, exposições, exibição de documentários e filmes, lançamentos de livros, *shows*, sessões solenes e a realização de painéis. Serão celebradas diversas efemérides, entre elas os 120 anos da Abolição da Escravatura, os 100 anos de nascimento de Guimarães Rosa, os 50 anos da Bossa Nova e os 110 anos de nascimento de Câmara Cascudo.

Provas em braille de astronomia seguem para escolas

A 11ª Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica, que avaliará conhecimentos dessa ciência entre alunos do ensino fundamental e médio de todo o país, terá provas em braille impressas pela gráfica do Senado. Com a autorização do presidente da Casa, Garibaldi Alves, as provas impressas em relevo para pessoas com deficiência visual já estão sendo enviadas às escolas que as aplicarão.

Seminário internacional discute legislativo

Por meio da Universidade do Legislativo (Unilegis) e do Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB), o Senado participa da organização de seminário internacional sobre estudos legislativos em perspectiva. O encontro, programado em parceria com a Câmara dos Deputados e com as universidades de Brasília e Federal de Minas Gerais, está marcado para os dias 15 e 16 deste mês.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem que votar MPs

Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta está trancada por duas medidas provisórias que destinam créditos extraordinários, no valor aproximado de R\$ 4 bilhões, a diversos órgãos do Poder Executivo.

Reunião de líderes e da Mesa na agenda de Garibaldi

Às 10h30, o presidente do Senado recebe o embaixador da Finlândia, Ilpo Manninen; às 11h, preside reunião da Mesa diretora; às 12h, recebe a Comissão do Ano Cultural; às 14h30, reúne-se com os líderes; às 16h, preside a ordem do dia; às 18h30, participa, na biblioteca, do lançamento de livros sobre a Antártica; e, às 19h, participa da posse dos ministros Carlos Ayres Britto e Joaquim Barbosa na Presidência e Vice-Presidência do TSE.

Dois ministros devem debater na CDH situação do fundo de pensão Portus

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza, às 9h, audiência pública para debater o fundo de

pensão Portus. Entre outros, devem participar os ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e do Trabalho e

Emprego, Carlos Lupi, e o presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão, José Ricardo Sasseron.

Comissão de Educação analisa cinco mudanças na LDB

Às 11, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa, dentre os 22 itens em pauta, cinco projetos que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 9.394/96) com o objetivo de, na educação superior, definir a frequência mínima exigida para aprovação e fixar o ano letivo

em 200 dias efetivos de aula; no ensino médio, incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias, instituir a eleição direta para diretores de escolas públicas e garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil.

Risco ambiental

A Comissão Temporária de Risco Ambiental em Municípios Incluídos na Lista de Maiores Desmatadores reúne-se, às 15h, para apresentar plano de trabalho e apreciar requerimentos.

CPI das ONGs

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs reúne-se, às 10h, para votação de requerimentos.

Proteção a passageiros de ônibus e avião está na pauta da CMA

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) examina pauta com 16 itens. Entre eles, substitutivo a quatro projetos de lei que tratam de indenização a usuários de companhias aéreas em casos de recusa de embarque, atrasos e cancelamentos de vôos e danos

em bagagem. Outros dois projetos alteram o Código de Defesa do Consumidor. Um deles estabelece validade de um ano para passagens rodoviárias, e o outro considera abusiva cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão de carnê de pagamento ou boleto bancário.

Livros sobre a Antártica

Às 18h30, será realizado o lançamento dos livros *O Brasil e o meio ambiente antártico*, do Ministério do Meio Ambiente, e *Brasil na Antártica – 25 anos de história*, da Secretaria Interministerial para os Recursos do Mar. O evento faz parte da semana dedicada à Antártica no Senado.

CPI da Pedofilia

Às 14h30, a comissão parlamentar de inquérito que investiga a prática de crimes de pedofilia (CPI da Pedofilia) promove reunião administrativa para votação de requerimentos de convocação e de diligências.

CAE examina pedidos de empréstimo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa, às 10h, mensagens do Executivo que tratam de abertura de créditos para o estado de São Paulo e para o município de Chapecó (SC). Consta da pauta de 15 itens, ainda, análise de substitutivo a projeto que institui o cadastro nacional de fornecedores suspensos de participar de licitações e contratar com a administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
 1º Vice-Presidente: Tião Viana
 2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
 1º Secretário: Efraim Moraes
 2º Secretário: Gerson Camata
 3º Secretário: César Borges
 4º Secretário: Magno Malta
 Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
 Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
 Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
 Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
 Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
 Arte: Cirilo Quartim
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
 Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
 Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes



Senador quer apoio do Senado a resolução da OEA que pede diálogo

Para Mercadante, divisão da Bolívia traz riscos à região

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), apresentou ontem requerimento para que o Senado apóie a resolução “Respaldo à institucionalidade democrática, ao diálogo e à paz na Bolívia”, da Organização dos Estados Americanos (OEA). Para Mercadante, a separação do Departamento de Santa Cruz da Bolívia traria repercussões no Brasil.

Ele teme que o referendo realizado no domingo sobre a autonomia financeira de Santa Cruz possa gerar instabilidade e violência na região e afetar o Mercosul.

Depois do exame de medidas provisórias, prioridade da Mesa é votar correção ao projeto que fixa gastos mínimos da União, dos estados e dos municípios na área da saúde pública

Garibaldi reúne líderes e prevê semana de muitas votações

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, vai buscar hoje um acordo com os líderes partidários que permita a desobstrução da pauta de votações do Plenário, trancada por duas medidas provisórias (MPs 408 e 409, de 2007) que tratam da abertura de créditos extraordinários para órgãos do Poder Executivo. Já existem mais sete medidas provisórias aguardando leitura, o que possibilita novos trancamentos da pauta, caso elas não sejam prontamente analisadas.

Ainda assim, Garibaldi acredita que a semana será de votações no Senado, pois os líderes partidários estariam dispostos a desobstruir a pauta. A prioridade de Garibaldi, então, passaria a ser a correção do projeto de lei (PLS 121/07) do senador Tião Viana (PT-AC) que regulamenta a Emenda Constitucional 29, fixando os percentuais mínimos a serem investidos pelos entes federativos na saúde. Equívoco em emenda incorporada ao projeto (a ser sanado em nova votação) levaria o setor a perder R\$ 5 bilhões, em vez de ganhar R\$ 23 bilhões até 2011. O relator, senador

Augusto Botelho (PT-RR), vai apresentar novo parecer para corrigir o problema.

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), informou que quer aprovar as alterações no PLS 121. Para isso, não vai impedir a votação das MPs 408 e 409, apenas pedir a votação nominal e recomendar a rejeição de ambas.

Garibaldi critica, de um lado, o Executivo, pela edição sistemática de MPs, e, de outro, a oposição, por criar dificuldades para as deliberações da Casa como forma de protesto. Enquanto aguardam a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a validade de MPs que abrem créditos extraordinários, PSDB e DEM exigem a votação nominal das matérias.

Prioridades

O presidente do Senado propôs aos líderes que fizessem uma lista dos projetos prioritários entre os mais de 70 à



Presidente do Senado vê líderes dispostos a desobstruírem a pauta

espera de votação.

– O entendimento precisa prevalecer. A radicalização impede que tenhamos a pauta que o povo brasileiro espera – cobrou Garibaldi.

A oposição sugere a votação de matérias na área de segurança pública e combate à lavagem de dinheiro. Já o líder do governo, Ro-

mero Jucá (PMDB-RR), quer a análise da proposta de emenda à Constituição (PEC 96/03) que exclui os recursos da educação da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Na reunião da Mesa diretora do Senado, a ser realizada hoje, será examinado parecer de César Borges (PR-BA) a projeto que muda as regras de funcionamento do Conselho de Ética. Caso a proposta seja aprovada, a admissibilidade de processos contra senadores será feita pelo próprio conselho, e não mais pela Comissão Diretora.



Relator, Demostenes sugere criação de fundo de ciência e tecnologia

CCT vota projeto que incentiva pesquisa científica

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reúne-se amanhã, às 8h45, para votar substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO) que tem a finalidade de instituir o Programa de Estímulo às Atividades de Pesquisa Científica nas Instituições Privadas de Ensino Superior (CT-Universidades).

A proposta (PLS 409/03), do senador licenciado Hélio Costa, tem o objetivo de obrigar as instituições de ensino superior privadas a criarem fundações de pesquisa. A matéria será votada terminativamente na comissão.

Demostenes observou que as instituições privadas não têm acesso a recursos públicos e as instituições públicas desempenham a atividade de forma precária, com falta de recursos humanos e financeiros.

No entanto, diferentemente do que diz o projeto original, Demostenes entende que uma fundação é uma estrutura muito complexa. Ele também avalia que inconstitucional o Estado obrigar instituições privadas a criarem uma fundação.

Assim, o relator sugeriu a criação de um programa de estímulo à pesquisa, pela adaptação do modelo de Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, administrados ou coordenados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, que funcionam por meio de gestão compartilhada de todas as instituições.

A CCT também vai examinar 18 projetos de decretos legislativos que tratam da concessão, autorização ou permissão de funcionamento de emissoras de televisão e rádios.

Educação analisa eleição de diretor de escola pela comunidade



Gestão democrática é princípio constitucional, diz Ideli Salvatti

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa hoje, às 11h, projeto da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) que institui eleição direta para diretores de escolas públicas. O projeto (PLS 344/07), que espera decisão terminativa do colegiado, propõe que professores, funcionários, alunos e pais escolham o dirigente da instituição.

O diretor eleito terá, segundo o projeto, um mandato de, no mínimo,

dois anos. O parecer da relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), acrescenta um terceiro inciso ao artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/96), para prever a eleição dos diretores.

Ideli afirma que a Constituição cita a “gestão democrática do ensino público” como um dos princípios do ensino. Já a LDB determina que as normas de gestão democrática do ensino sejam definidas de acordo com dois princípios: parti-

cipação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, e das comunidades escolar e local em conselhos escolares.

Também está na pauta da Comissão de Educação projeto (PLS 387/07) determinando que em todas as instituições de ensino superior a frequência para aprovação em cada disciplina não seja inferior a 85%. Outro projeto (PLS 386/07) propõe que o ano letivo tenha, no mínimo, 200 dias.



Leopoldo Silva

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu a aplicação de recursos não apenas na saúde, mas também em obras de infra-estrutura, urbanismo e saneamento para combater doenças tropicais, como dengue, febre amarela e malária. Médico, Papaléo (*terceiro da esq. para a dir.*) proferiu palestra sobre políticas públicas no combate a essas enfermidades no 14º Congresso Médico Amazônico, realizado na semana passada em Belém. O tema abordado pelo senador foi “Saúde e Meio Ambiente – Compromisso Pan-Amazônico e Responsabilidade de Todos”.

Ministra participará de audiência na Comissão de Infra-Estrutura sobre obras do PAC, mas poderá falar a respeito de dossiê

Dilma vai debater amanhã com senadores

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, será ouvida pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) amanhã, às 10h, sobre as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Porém, senadores opositoristas devem aproveitar a ocasião para questionar a ministra sobre a sua suposta participação, ou de seus assessores, na elaboração e no vazamento de um dossiê com informações sigilosas sobre gastos com cartões corporativos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, disse esperar

que a reunião da CI com Dilma Rousseff ocorra de forma tranquila, sem “agressões à ministra, tumulto ou anormalidade”. Para Garibaldi, além de falar sobre obras do PAC, ela não deveria se negar a prestar esclarecimentos quanto à questão dos cartões corporativos, ajudando, assim, no andamento das investigações sobre o caso.

O requerimento de convocação de Dilma Rousseff, de autoria de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi aprovado na comissão no dia 3 de abril, em um momento em que não havia nenhum senador da base do governo na reunião. Logo



Dilma poderá ser questionada sobre elaboração de dossiê contra FHC

em seguida, os assuntos “dossiê” e “cartões corporativos” foram incluídos na pauta da audiência,

mas retirados pelo presidente da CI, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), depois de protestos dos senadores governistas, que ameaçaram submeter o requerimento de convocação ao Plenário.

No dia 15 de abril, o colegiado aprovou um novo requerimento convocando Dilma Rousseff para uma audiência pública, dessa vez para falar especificamente sobre o dossiê. A data da reunião, entretanto, ainda não foi marcada. No momento da aprovação do requerimento do senador Mário Couto (PSDB-PA), estavam presentes apenas dois senadores da base governista.

Sem previsão de reuniões, CPI mista prepara relatório

Não há previsão de reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos nesta semana. O relator da comissão, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), trabalha no exame dos documentos que já chegaram à CPI e começou a preparar o relatório final, que deverá ser entregue no dia 27. A expectativa de Luiz Sérgio é que o documento seja votado no máximo até o dia 9 de junho, prazo final de encerramento dos trabalhos da comissão.

A presidente da CPI, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), pretende acompanhar o depoimento da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, previsto para amanhã.

Desde sua criação, em 11 de março, a comissão de inquérito fez 12 reuniões. Marcada pela polêmica desde sua criação, a CPI realizou audiências públicas com servidores do Tribunal de Contas da União (TCU) e com o ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage Sobrinho, visando obter informações sobre fiscalização e controle do uso de cartões corporativos.

Também foram feitas audiências com especialistas em segurança para tratar da necessidade de sigilo sobre os gastos da Presidência da República. A CPI instituiu uma comissão de parlamentares que está tendo acesso a auditorias, inclusive sigilosas, feitas pelo TCU sobre o uso de cartões corporativos por funcionários públicos.

Alvaro exige apuração “irrestrita” de denúncias sobre mau uso de cartões

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) fez ontem discurso rememorando todo o caso dos cartões corporativos. Apoiado em um amplo arsenal jurídico e em retrospectiva das notícias sobre o caso, o parlamentar exigiu “irrestrita” apuração das denúncias de mau uso dos cartões como uma medida de respeito à democracia e ao regime republicano.

O discurso ocorreu a dois dias da audiência pública da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em que será ouvida a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Alvaro Dias começou dizendo que

homenagearia o deputado Ricardo Izar (PTB-SP), morto na sexta-feira, da forma mais justa possível a quem presidiu o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados: faria um pronunciamento sobre a crise ética em que se envolveu o governo por causa dos cartões e gastos com as contas tipo B.

Segundo o senador, além de se recusar a abrir as informações sobre seus gastos corporativos, o atual governo montou, na Casa Civil, um dossiê com o objetivo de lançar suspeitas sobre essas despesas durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Em seguida, cobrou do próprio senador a revelação da pessoa que entregou a ele cópia desse levantamento.

De acordo com Alvaro Dias, cumprindo seu dever parlamentar e o seu compromisso com a nação, a oposição articulou a

instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito para apurar as denúncias. No entanto, como saída para frustrar, antecipadamente, uma investigação regular que poderia chegar às despesas pessoais do presidente da República e de seus familiares, o governo articulou uma “operação de guerra”.

O senador lamentou os esforços do atual governo para impedir as investigações da CPI mista, principalmente com a alegação, baseada em dispositivo da Constituição, de que a exposição de dados e informações colocaria em

risco a segurança do Estado.

– Despesas de caráter pessoal, como a compra de roupas, bebidas e alimentos, não têm nada a ver com segurança do Estado – contestou.

Alvaro lembrou que o papel do Congresso Nacional não é só legislar, mas também fiscalizar os atos do Poder Executivo.

– A mentira foi institucionalizada para sonegar as informações que a Casa Civil tinha o dever de prestar como uma das exigências elementares do estado de direito democrático – argumentou, citando o artigo 33 da Constituição, no qual se consagra o direito de todo cidadão de “receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral”.

O parlamentar acusou ainda o governo de tentar controlar o pensamento dos brasileiros por



“A mentira foi institucionalizada para sonegar informações”, afirma Alvaro

meio da distorção de palavras e expressões, transformando, por exemplo, “dossiê” em “banco de dados”. Anteriormente, na época do mensalão, trocara “caixa dois” por “recursos não contabilizados”. Para Alvaro, essa atitude equivaleria à criação da “novolíngua” pelo regime ditatorial retratado no livro *1984*, de George Orwell.

Segundo avaliou, a tentativa de fazê-lo dizer o nome de quem lhe entregou a cópia do dossiê fere suas garantias constitucionais como parlamentar. Lembrando que a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) o acusou de omissão, Alvaro disse que ela “ignora, ou finge ignorar”, o artigo 53 da Constituição: “Os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos” e “não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações”.

– Quando da elaboração da carta constitucional, o [atual] senador Eduardo Suplicy [PT-SP] disse considerar esse dispositivo como fundamental – lembrou Alvaro Dias.

Homenagem ao deputado Ricardo Izar

Os senadores prestaram homenagem ao deputado federal Ricardo Izar (PTB-SP), falecido aos 69 anos, na última sexta-feira, em São Paulo. Por força de requerimento de pesar apresentado pelo líder do PTB no Senado, Epitácio Cafeteira (MA), a sessão plenária foi suspensa após os pronunciamentos dos senadores, segundo determina o Regimento Interno da Casa nesses casos.

Epitácio Cafeteira ressaltou o bom conceito de que Ricardo Izar desfrutava junto aos congressistas que privaram do seu convívio. O líder trabalhista comentou que o deputado morreu na condição de presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados “justamente porque tinha o apoio de todos os seus pares”.

Redução da jornada

O senador Mão Santa (PMDB-PI) ressaltou “a luta aguerrida” contra a corrupção travada pelo deputado paulista durante a apuração do episódio do mensalão. Assinalou ainda sua participação no debate sobre a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais.

A luta de Ricardo Izar em prol da redução da jornada de trabalho na Constituinte também foi destacada por Paulo Paim (PT-RS). Segundo recordou, ambos conseguiram emplacar, no novo texto constitucional, a redação que permitiu ao salário mínimo ultrapassar, hoje, a marca de US\$ 246.

Marco Maciel (DEM-PE) lembrou a participação do deputado na aliança política que viabilizou a eleição de Tancredo Neves e José Sarney (PMDB-AP) como presidente e vice-presidente da República.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), a melhor homenagem a ser prestada a Ricardo Izar é a continuação do trabalho contra a corrupção.

Eduardo Suplicy (PT-SP) solidarizou-se com a família do deputado, argumentando que, mesmo sendo seu adversário político, travou com ele debates do mais alto nível.

Já Pedro Simon (PMDB-RS) disse ter “convivido muito” com Ricardo Izar, especialmente quando o deputado se mostrava preocupado em alcançar um bom desempenho no Conselho de Ética da Câmara durante o julgamento de autoridades envolvidas no esquema do mensalão.

Por fim, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Papaléo Paes (PSDB-AP) associaram-se à homenagem.